

NOTA EDITORIAL

A Revista Arquivo Jurídico (ISSN 2317-918X), seguindo o princípio de proporcionar maior democratização mundial do conhecimento difundindo estudos nas áreas jurídicas e afins, lança a sua mais recente edição, a segunda de 2015. A revista é disponibilizada gratuitamente através do endereço eletrônico revistas.ufpi.br/index.php/raj e possui conselho editorial e revisores *ad hoc* formados por juristas de todas as regiões brasileiras.

Esta edição é composta por 10 artigos científicos de doutores, doutorandos, mestres e mestrando que representam os estados do PI, SE, AL, SC, RS, SP, CE, PA, MG, RJ, além de Salamanca, na Espanha. Os autores possuem robusta formação acadêmica em respeitadas centros de ensino jurídico de excelentes universidades. Os trabalhos representam pesquisas acadêmicas, frutos de rigorosos estudos jurídicos, e que são avaliados por revisores de diversas universidades brasileiras. Com 70% dos artigos de professores doutores, a revista também abre um rico espaço para professores mestrando, mestres e doutorando publicarem e assim divulgarem seus trabalhos científicos.

Nessa edição, contamos ainda com dois artigos de autores convidados. O artigo “Patentes pipeline: reflexões sobre o polêmico instituto”, de Camilla Capucio, Fernanda Araujo Kallas e Andreza Cassia da Silva Conceição, é fruto do Projeto de Pesquisa intitulado “Estudo das Patentes Pipeline no Brasil”, desenvolvido na linha temática do Grupo de Pesquisa em Direito “Empresa, Mercado e Desenvolvimento Social”, do Centro Universitário UNA. O referido Centro Universitário possui um significativo programa de iniciação científica que desenvolve os conhecimentos necessários para uma formação acadêmica de qualidade.

O artigo “A passagem do antigo sistema jurídico, fundado nos direitos subjetivos, para o atual, fundado nos deveres do homem em face também dos animais e da natureza inanimada. Uma aula no ano 2.070”, de José Maria Tesheiner, é um belíssimo trabalho que relata uma aula de Direito no futuro, no ano de 2070, após o colapso ambiental de 2030, e as mudanças ocorridas principalmente no processo civil após esse evento. O professor Dr. José Tesheiner é um dos maiores processualistas brasileiros e formou uma geração de estudiosos do direito processual que continuam a tratar com rigor científico o processo civil. Atualmente, comanda o grupo de estudos sobre Processos Coletivos no Programa de Doutorado da PUC/RS.

Parabéns a todos os envolvidos nesse trabalho de desenvolvimento da revista.

Prof. Sebastião Patrício Mendes da Costa

Editor-chefe